



## LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA

### ≡ **Autonomia**

- ≡ Avaliação externa dos estabelecimentos de educação e ensino
- ≡ Delegação de competências
- ≡ Professor bibliotecário
- ≡ Manuais escolares
- ≡ Calendário escolar

### ≡ **Professores**

- ≡ Avaliação de Desempenho do Pessoal Docente
- ≡ Formação contínua dos professores

### ≡ **Alunos**

- ≡ Estatuto dos Alunos
- ≡ Apoios Especializados
- ≡ Exames
- ≡ Organização Curricular do Ensino Básico
- ≡ Organização do Ensino Secundário
- ≡ Lançamento / Organização do Ano Lectivo - 2012/2013

<b>NORMATIVO</b>	<b>ASSUNTO</b>
<p>. Decreto Lei nº 125/2011, de 29 de dezembro</p> <p>. Decreto - Lei nº 137/2012, de 2 de julho</p> <p>. Portaria nº 604/2008, de 9 de julho</p> <p>. Despacho nº 18 064/2010, de 3 de dezembro</p> <p>. Decreto Reg. nº 5/2010, de 24 de dezembro</p> <p>. Despacho nº 5 328/2011, de 28 de março</p> <p>. Despacho nº 5 634-F/2012, de 26 de abril</p> <p>. Portaria nº 265/2006, de 30 de agosto</p>	<p style="text-align: right;"><b>✦ AUTONOMIA</b></p> <p>. Aprova a nova lei orgânica do Ministério da Educação e Ciência.</p> <p>. Aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário. (Republicação do DL nº 75/2008, de 22 de abril).</p> <p>. Define as regras a observar no procedimento concursal prévio à eleição do Director, nos termos do Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de Abril.</p> <p>. Fixa o número de Adjuntos do Director.</p> <p>. Estabelece o suplemento remuneratório do Director, Subdirector e Adjunto do Director.</p> <p>. Define a componente lectiva do Director, Subdirector, Adjunto e Coordenadores de estabelecimento.</p> <p>Regulamenta princípios, critérios, requisitos, regime de exceção bem como calendarização do processo de agregação de agrupamentos e escolas não agrupadas.</p> <p>Define as regras e os procedimentos a observar quanto à celebração, acompanhamento, e avaliação dos contratos de autonomia a celebrar entre os agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas.</p>
	<p><b>✦ AVALIAÇÃO EXTERNA DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENSINO</b></p>
<p>. Despacho conj. nº 370/2006, de 3 de maio</p>	<p>. Constitui o grupo de trabalho que cria referenciais para a auto-avaliação e avaliação externa dos estabelecimentos de ensino.</p>
	<p><b>✦ DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS</b></p>
<p>. Ofício Circular nº 27 DREL/2006, de 17 de abril</p> <p>. Despacho nº 23 731/2006, de 21 de novembro</p> <p>. Ofício Circular nº 80 DSRH/2006 de 17 de novembro</p>	<p>. Delegação de Competências.</p> <p>. Delegação de competências nas áreas de recursos humanos, pedagógica e recursos materiais.</p> <p>. Orientações sobre a delegação de competências.</p>
	<p><b>✦ PROFESSOR BIBLIOTECÁRIO</b></p>
<p>. Portaria 756/2009, de 14 de julho</p> <p>. Portaria nº 558/2010, de 22 de julho</p> <p>. Portaria nº 76/2011, de 15 de fevereiro</p>	<p>. Estabelece as regras de designação de docentes para a função de professor bibliotecário, assim como o modo de designação de docentes que constituem a equipa da biblioteca escolar.</p> <p>. Alterações à Portaria 756/2009.</p> <p>. Alterações à Portaria 756/2009. (Leccionação de uma turma pelos professores bibliotecários)</p>

NORMATIVO	ASSUNTO
	✦ MANUAIS ESCOLARES
<p>. Lei nº 47/2006, de 28 de agosto</p> <p>. Decreto-Lei nº 261/2007, de 17 de julho</p> <p>. Despacho nº 29 864/2007, de 27 de dezembro</p> <p>. Despacho nº 29 865/2007, de 27 de dezembro</p> <p>. Portaria nº 1 628/2007, de 28 de dezembro</p> <p>. Portaria nº 42/2008, de 11 de janeiro</p> <p>. Despacho nº 3 063/2008, de 7 de fevereiro</p> <p>. Despacho nº 15 285-A/2010, de 8 de outubro</p> <p>. Despacho nº 18 972/2010, de 22 de dezembro</p> <p>. Despacho nº 4 751-A/2012, de 3 de abril</p> <p>. Circular nº 1/DSDC/2012, de 4 de abril</p>	<p>. Define o regime de avaliação, certificação e adopção dos manuais escolares.</p> <p>. Regulamenta a Lei nº 47/2006, de 28 de agosto.</p> <p>. Define as entidades candidatas à acreditação de manuais escolares.</p> <p>. Estabelece os prazos para adopção dos manuais escolares.</p> <p>. Estabelece o conceito e procedimentos para adopção formal e divulgação da adopção dos manuais escolares.</p> <p>. Fixa as disciplinas em que não há lugar à adopção de manuais ou em que esta é meramente facultativa.</p> <p>. Rectificação ao Despacho nº 29 865/2007.</p> <p>. Alterações aos Desp. Nos. 29 864/2007 e 29 865/2007</p> <p>. Relação das entidades acreditadas pela DGIDC como avaliadoras e certificadoras de manuais escolares de algumas disciplinas.</p> <p>. Prorroga, por um ano, o período de vigência dos manuais escolares das Línguas Estrangeiras I e II.</p> <p>. Orientações a respeitar na adoção dos manuais escolares no ano letivo 2012/13.</p>
	<b>✦ CALENDÁRIO ESCOLAR</b>
<p>. Despacho Norm. nº 24/2000, de 11 de maio</p> <p>. Despacho Norm. nº 36/2002, de 4 de janeiro</p> <p>. Despacho nº 8 771-A/2012, de 2 de julho</p>	<p>. Parâmetros gerais relativos à organização do ano escolar</p> <p>. Alterações ao Despacho Normativo nº 24/2000, de 11 de maio.</p> <p>. Calendário escolar no ano letivo de 2012-2013.</p>

<b>NORMATIVO</b>	<b>ASSUNTO</b>
	† PESSOAL DOCENTE † AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO PESSOAL DOCENTE
. Decreto-Lei nº 41/2012, de 21 de fevereiro  . Decreto-Lei nº 240/2001, de 30 de agosto  . Decreto-Lei nº 132/2012, de 27 de junho	. Aprova o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.  . Aprova o perfil de desempenho profissional do educador de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário.  . Regula os concursos para seleção e recrutamento do pessoal docente da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, constituindo estes o processo normal e obrigatório de seleção e recrutamento do pessoal docente.
. Decreto Regul. nº 26/2012, de 21 de fevereiro  . Declaração Retif. nº20/2012, de 20 de Abril . Decreto Regul. Nº 4/2008, de 5 de fevereiro  . Despacho nº 6 753/2008, de 7 de março  . Despacho nº 16034/2010, de 22 de outubro . Portaria 266/2012, de 30 de agosto	. Regula o sistema de avaliação do desempenho do pessoal docente.  . Retificação de inexatidões do DR nº 26/2012, de 21 de fevereiro.  . Composição e modo de funcionamento do conselho científico para a avaliação de professores.  . Designação dos elementos que integram o conselho científico.  . Definição de padrões de desempenho docente.  . Estabelece as regras a que obedece a avaliação do desempenho dos docentes que exercem as funções de Diretor de estabelecimento de estabelecimento público de educação e de ensino, de Diretor de centro de formação e de associação de escolas e de Diretor de escolas portuguesas no estrangeiro.
	† FORMAÇÃO CONTÍNUA DOS PROFESSORES
. Despacho Nº 18 038/2008, de 4 de julho  . Despacho Nº 18 039/2008, de 4 de julho  . Portaria nº 731/2009, de 7 de julho . Portaria nº 224/2010, de 20 de abril	. Organização e operacionalização da formação contínua dos profissionais de educação.  . Criação das associações de escolas.  . Criação do Sistema de formação e certificação em competências TIC. . Alteração ao anexo I da Portaria nº 731/2009, de 7 de julho.

<b>NORMATIVO</b>	<b>ASSUNTO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>. Despacho nº 17 931/2008, de 3 de julho</li> <li>. Despacho nº 20 513/2008, de 5 de agosto</li> <li>. Despacho nº 13 173-C/2011, de 30 de setembro</li> <li>. Lei nº 85/2009, de 27 de agosto</li> <li>. Decreto-Lei nº 176/2012, de 2 de agosto</li> <li>. Lei nº 39/2010, de 2 de setembro</li> <li>. Ofício - DGDIDC/2011/2</li> </ul>	<p style="text-align: right;"><b>✦ ALUNOS</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Instituição do Dia do Diploma.</li> <li>. Instituição do Prémio de Mérito.</li> <li>. Alteração ao Despacho nº 20513/2008, de 5 de agosto.</li> <li>. Estabelece o regime de escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade.</li> <li>. Alterações à Lei nº 85/2009, de 27 de agosto</li> <li>. Estatuto do Aluno dos Ensinos Básico e Secundário</li> <li>. Princípios a considerar na aplicação do artigo 22º do Estatuto do Aluno.</li> </ul>
	<b>✦ APOIOS ESPECIALIZADOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>. Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro</li> <li>. Lei nº 21/2008, de 12 de maio</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário.</li> <li>. Primeira alteração ao decreto-lei nº 3/2008, de 7 de janeiro</li> </ul>
	<b>✦ EXAMES</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>. Despacho Norm. nº 6/2012, de 10 de abril</li> <li>. Despacho nº 18 060/2010, de 3 de dezembro</li> <li>. Despacho nº 6 025/2010, de 6 de abril</li> <li>. Despacho nº 10 809/2011, De 1 de setembro</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Regulamento do Júri Nacional de Exames</li> <li>. Regulamento dos Exames Nacionais dos Ensinos Básico e Secundário.</li> <li>. Estabelece as regras de apresentação das propostas de docentes par o exercício da função de professor classificador.</li> <li>. Alteração ao Despacho nº 18 060/2010, de 3 de dezembro.</li> <li>. Determina a importância devida pela reapreciação de provas do ensino básico e do ensino secundário.</li> </ul>

NORMATIVO	ASSUNTO
. Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho	<p>✦ ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENSINO BÁSICO</p> <p>. Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário. (Republicação do Decreto-Lei nº 6/2001)</p>
. Despacho nº 10 874/2012, de 10 de agosto	. Homologação das metas curriculares das disciplinas de Português, Matemática, Tecnologias de Informação e Comunicação, Educação Visual e de Educação Tecnológica do Ensino Básico - orientações em 2012-2013.
. Despacho Norm. nº 14/2011, de 18 de novembro	. Princípios a observar na avaliação das aprendizagens e competências dos três ciclos do ensino básico. (Republicação do Desp. Norm. nº 1/2005, de 5 de janeiro)
. Decl. de Ret. nº 1 847/2011, de 2 de dezembro	. Retificação do Despacho norm. nº 14/2011, de 18 de novembro.
. Despacho Norm. nº 50/2005, de 9 de novembro	. Implementação, acompanhamento e avaliação dos planos de recuperação e de acompanhamento.
. Despacho nº 17 169/2011, de 23 de dezembro	. Determina o fim do documento <i>Currículo Nacional do Ensino Básico</i> .

NORMATIVO	ASSUNTO
. Decreto-Lei nº 139/2012, de 5 de julho	<p style="text-align: center;"><b>✦ ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DO ENS. SECUNDÁRIO</b></p> <p>. Estabelece os princípios orientadores da organização e da gestão dos currículos dos ensinos básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver pelos alunos e do processo de desenvolvimento do currículo dos ensinos básico e secundário.</p>
. Portaria nº 243/2012 de 10 de agosto	. Define o regime de organização dos cursos científico-humanísticos, bem como os procedimentos a observar na avaliação dos alunos nos referidos cursos.
. Despacho nº 14 785/2004, de 23 de julho	. Condições de gestão pedagógica e organizacional a observar nas escolas que se proponham ministrar cursos profissionais.
. Portaria nº 550-C/2004, de 21 de Maio	. Organização, funcionamento, avaliação e certificação das aprendizagens dos cursos profissionais.
. Portaria nº 797/2006, de 10 de agosto	. Alteração à Portaria nº 550-C/2004 de 21 de maio.
. Ofício Circular nº 48 (DSEE/DES), de 23 de outubro, de 2006	. Alterações de percurso escolar dos alunos dos cursos científico-humanísticos
. Ofício Circular nº 77 (DSP/GAB: SEC.), de 10 de novembro, de 2006	. Adenda ao ofício circular nº 43 (DSEE/DES), de 4 de outubro.
. Ofício-Circular nº 50 (DSP/GAB.SEC.), de 3 de outubro, de 2005	. Repetição de frequência de ano do ensino secundário pelos alunos que reuniram condições de transição ao ano seguinte
. Ofício-Circular nº 58 (DSP/GAB.SEC.), de 28 de outubro	. Adenda ao Ofício -circular nº 50, de 3 de outubro de 2005.
. Ofício Circular nº 3 (DSEE/DES), de 31 de janeiro de 2007	. Repetição voluntária de frequência de ano pelos alunos que reuniram condições de transição ao ano seguinte.
. Ofício Circular nº 15 (DSP/GAB: SEC), de 22 de março de 2007	. Esclarecimento ao Ofício circular nº 3 (DSP/GAB: SEC), de 31 de janeiro de 2007.
. Despacho nº 12 981/2007, de 25 de junho	. Formas de calculo da classificação final dos cursos científico-humanísticos e dos cursos tecnológicos nas situações decorrentes da concessão de equivalência com média global.

NORMATIVO	ASSUNTO
	✦ LANÇAMENTO / ORGANIZAÇÃO DO ANO LECTIVO
. Despacho nº 26 691/2005, de 27 de dezembro	Estrutura de coordenação para as TIC.
. Despacho Norm. nº 7/2006, de 6 de fevereiro	. Normas orientadoras para a implementação das actividades a desenvolver no domínio do ensino da língua portuguesa como língua não materna.
. Despacho nº 19 308/2008, de 21 de julho	. Distribuição de serviço e identificação de algumas actividades a desenvolver nas áreas curriculares não disciplinares.
. Despacho nº 700/2009, de 9 de janeiro	. Modelo orgânico e operacional relativo à execução do Plano Tecnológico da Educação.
. Despacho nº 5 106-A/2012, de 12 de abril	. Definição de um conjunto de normas relacionadas com as matrículas, distribuição dos alunos pelas escolas e agrupamentos, regime de funcionamento das escolas e constituição de turmas.
. Lei nº 60/2009, de 6 de agosto	. Estabelece o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar.
. Portaria nº 196-A/2010, de 9 de abril	. Regulamenta o regime de aplicação da educação sexual em meio escolar (Lei nº 60/2009).
. Desp. Norm. nº 13-A/2012, de 5 de junho	. Concretiza regras e princípios consagrados no regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação da educação pré-escolar dos ensinos básico e secundário, designadamente no que diz respeito à organização do ano letivo.
. Decl. de retif. nº 973/2012 de 31 de julho	. Retificação de imprecisões do DN nº 13-A/2012, de 5 de junho.
. Despacho nº 9 486-A/2012, de 12 de julho	. Estabelece as regras de atribuição dos créditos de tempos lectivos às modalidades do programa do desporto escolar.

A Presidente do Conselho Pedagógico

Maria Manuela Azevedo Esperança